

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE201805/1254

Tipo Oferta: Procedimento Concursal de Regularização

Estado: Expirada

Nível Orgânico: Ministério do Ambiente

Orgão / Serviço: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 1201,48€

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

No Núcleo de Monitorização Costeira e Risco do Departamento do Litoral e Proteção Costeira, o técnico prestará funções essencialmente nos ramos da geologia costeira e geologia de engenharia, designadamente:

- a) No decurso dos trabalhos inerentes no âmbito do programa global de monitorização sistemática da zona costeira de Portugal continental, através do acompanhamento e implementação do programa COSMO e do plano de monitorização operacional de ocorrências na faixa costeira;
- b) Ao nível de pareceres, relatórios, estudos, projetos e acompanhamento de obras em arribas;
- c) Na avaliação e identificação de situações de risco em litoral de arriba, através de inspeções sistemáticas realizadas anualmente às praias de Portugal continental;
- d) Na definição da sinalização de risco no litoral e verificação prévia à época balnear, nos termos do Decreto-Lei nº 159/2012, de 24 julho;
- e) Na promoção da boa articulação com os outros departamentos da Agência Portuguesa do Ambiente, e também com os Serviços Municipais de Proteção Civil, Capitania de Porto/Polícia Marítima e Guarda Nacional Republicana – Grupo de Intervenção Proteção e Socorro, com especial dedicação à coordenação e aplicação de técnicas em litoral de arriba para mitigação do risco para pessoas e bens, através de medidas diretas (reperfilamentos e desmontes controlados de blocos instáveis) e indiretas (interdições, balizamento de áreas de risco e aplicação de sinalização informativa), de modo a evitar acidentes com consequências graves;
- f) Na elaboração e implementação dos Programas da Orla Costeira (POC);
- g) Na projeção e demarcação Faixas de Salvaguarda em Litoral de Arriba, análise dos critérios e adequabilidade das mesmas no âmbito do ordenamento do espaço costeiro;
- h) Apoio junto dos serviços desconcentrados/regionais da Agência Portuguesa do Ambiente, e os demais departamentos, em termos das respetivas políticas, estratégias, estudos e projetos;
- i) No desenvolvimento e operacionalização da partilha de dados de monitorização entre as demais entidades da administração e manutenção de rede de monitorização regional e local, com caráter sistemático e com capacidade de resposta ajustada à mitigação dos riscos costeiros;
- j) Na integração dos dados da monitorização no planeamento e ordenamento do espaço costeiro e no suporte à tomada de decisão em relação a obras de proteção/defesa costeira;
- k) Na cartografia e análise de ocorrências associadas à dinâmica costeira e inventariação através de sistemas de informação geográfica aplicados;
- l) Na avaliação de situações de instabilidade em litoral de arriba por modelação numérica do tipo determinística (física) e do tipo probabilística (estatística), para o zonamento da suscetibilidade, perigosidade e risco para pessoas e bens no espaço costeiro, à escala local, regional e nacional.

Caracterização do Posto de Trabalho:

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário

- Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:**
- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
 - b) 18 anos de idade completos;
 - c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
 - d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
 - e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP: DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura em Geologia.

Grupo Área Temática

Área Temática Ignorada

Sub-área Temática

Área Temática Ignorada

Área Temática

Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

| Local Trabalho | Nº Postos | Morada | Localidade | Código Postal | Distrito | Concelho |
|--------------------------------------|-----------|--|------------|-----------------|----------|----------|
| Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. | 1 | Rua da Murgueira, n.º 9 e 9A, Zambujal Apartado 7585 Alfragide | | 2610124 AMADORA | Lisboa | Amadora |

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

- Outros Requisitos:**
- a) Desempenho de funções na APA, entre 1 de janeiro de 2017 e 4 de maio de 2017, ou parte deste período, conforme disposto no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro;
 - b) Pessoas reconhecidas como satisfazendo necessidades permanentes, sem vínculo adequado, constantes da lista dos processos que obtiveram parecer favorável da Comissão de Avaliação Bipartida do Ambiente, homologada por despachos da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, de 2 de maio de 2018 (ao abrigo da competência delegada pelo despacho do Ministro das Finanças n.º 2384/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 8 de março de 2018), do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de 6 de abril de 2018 e do Ministro do Ambiente, de 5 de abril de 2018;
 - c) Licenciatura em Geologia.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Rua da Murgueira, n.º 9/9A, Zambujal, Apartado 7585 – 2610-124 Amadora

Contacto: recrutamento@apambiente.pt

Data Publicitação: 2018-05-24

Data Limite: 2018-06-08

Texto Publicado**Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:**

Texto Publicado em Jornal Oficial: Abertura de procedimento concursal de caráter urgente, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários (Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro), para preenchimento de um posto de trabalho do Mapa de Pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado 1. Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 21 de maio de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, do Mapa de Pessoal da APA para 2018 da carreira e categoria de Técnico Superior. 2. Legislação aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril; e Código do Procedimento Administrativo. 3. Local de Trabalho: Sede da Agência Portuguesa do Ambiente, sita na Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal, 2610-124 Amadora. 4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de um posto de trabalho no Departamento do Litoral e Proteção Costeira do Mapa de Pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, para 2018, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP. 5. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 6. Caracterização sumária das funções do posto de trabalho: No Núcleo de Monitorização Costeira e Risco do Departamento do Litoral e Proteção Costeira, o técnico prestará funções essencialmente nos ramos da geologia costeira e geologia de engenharia, designadamente: a) No decurso dos trabalhos inerentes no âmbito do programa global de monitorização sistemática da zona costeira de Portugal continental, através do acompanhamento e implementação do programa COSMO e do plano de monitorização operacional de ocorrências na faixa costeira; b) Ao nível de pareceres, relatórios, estudos, projetos e acompanhamento de obras em arribas; c) Na avaliação e identificação de situações de risco em litoral de arriba, através de inspeções sistemáticas realizadas anualmente às praias de Portugal continental; d) Na definição da sinalização de risco no litoral e verificação prévia à época balnear, nos termos do Decreto-Lei nº 159/2012, de 24 julho; e) Na promoção da boa articulação com os outros departamentos da Agência Portuguesa do Ambiente, e também com os Serviços Municipais de Proteção Civil, Capitania de Porto/Polícia Marítima e Guarda Nacional Republicana – Grupo de Intervenção Proteção e Socorro, com especial dedicação à coordenação e aplicação de técnicas em litoral de arriba para mitigação do risco para pessoas e bens, através de medidas diretas (reperfilamentos e desmontes controlados de blocos instáveis) e indiretas (interdições, balizamento de áreas de risco e aplicação de sinalização informativa), de modo a evitar acidentes com consequências graves; f) Na elaboração e implementação dos Programas da Orla Costeira (POC); g) Na projeção e demarcação Faixas de Salvaguarda em Litoral de Arriba, análise dos critérios e adequabilidade das mesmas no âmbito do ordenamento do espaço costeiro; h) Apoio junto dos serviços desconcentrados/regionais da Agência Portuguesa do Ambiente, e os demais departamentos, em termos das respetivas políticas, estratégias, estudos e projetos; i) No desenvolvimento e operacionalização da partilha de dados de monitorização entre as demais entidades da administração e manutenção de rede de monitorização regional e local, com caráter sistemático e com capacidade de resposta ajustada à mitigação dos riscos costeiros; j) Na integração dos dados da monitorização no planeamento e ordenamento do espaço costeiro e no suporte à tomada de decisão em relação a obras de proteção/defesa costeira; k) Na cartografia e análise de ocorrências associadas à dinâmica costeira e inventariação através de sistemas de informação geográfica aplicados; l) Na avaliação de situações de instabilidade em litoral de arriba por modelação numérica do tipo determinística (física) e do tipo probabilística (estatística), para o zonamento da suscetibilidade, perigosidade e risco para pessoas e bens no espaço costeiro, à escala local, regional e nacional. 7. Posição remuneratória: nos termos do disposto no artigo 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro - a 2.ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior, nível remuneratório 15, ao qual corresponde o montante pecuniário de 1 201,48€ (mil e duzentos e um euros e

quarenta e oito centimos). 8. Requisitos de admissão ao concurso: 8.1. Os requisitos gerais, necessários para o exercício de funções públicas, previstos no artigo 17.º da LTFP, conforme disposto no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro: a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 8.2. Requisitos específicos: a) Desempenho de funções na APA, entre 1 de janeiro de 2017 e 4 de maio de 2017, ou parte deste período, conforme disposto no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro; b) Pessoas reconhecidas como satisfazendo necessidades permanentes, sem vínculo adequado, constantes da lista dos processos que obtiveram parecer favorável da Comissão de Avaliação Bipartida do Ambiente, homologada por despachos da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, de 2 de maio de 2018 (ao abrigo da competência delegada pelo despacho do Ministro das Finanças n.º 2384/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 8 de março de 2018), do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de 6 de abril de 2018 e do Ministro do Ambiente, de 5 de abril de 2018; c) Licenciatura em Geologia. 8.3. No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 9. Formalização das candidaturas: 9.1 As candidaturas são apresentadas mediante preenchimento de formulário eletrónico, de preenchimento obrigatório, disponível na página eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente: "Divulgação"> "Recursos Humanos"> "Recrutamento"> "Formulários". 9.2. No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: identificação do procedimento concursal objeto da candidatura; identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário. 9.3 As candidaturas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos, devendo preferencialmente serem enviados por via eletrónica para o endereço de email: recrutamento@apambiente.pt, até às 23h59 horas do último dia do prazo ou por correio registado com aviso de receção endereçado ao Presidente do Conselho Diretivo da APA, para a Divisão de Recursos Humanos, Formação e Documentação, sita na Rua da Murgueira, n.º 9/9A, Zambujal, Apartado 7585 – 2610-124 Amadora, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido no ponto 9.4.: a) Fotocópia do Certificado de Habilitações; b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura; c) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado; 9.4. Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente. 9.5. Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação, a não apresentação dos documentos atrás referidos determina a exclusão dos candidatos. 10. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. 11. Métodos de Seleção: O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular (e a entrevista profissional de seleção, se houver mais do que um candidato ao mesmo posto de trabalho) 11.1. A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso. 11.2. Entrevista profissional de seleção: A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 11.3. São motivos de exclusão do presente procedimento: a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos; b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular; c) A não comparência à entrevista profissional de seleção (quando aplicável); d) A obtenção de uma valoração final inferior a 9,5 valores, quando

haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 14.4 do presente aviso. 11.4. Classificação final (CF): a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às centésimas; b) Quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, a CF será expressa, de igual modo, de 0 a 20 valores, com arredondamento às centésimas, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula em que: $CF = 70\% AC + 30\% EPS$ CF = Classificação Final; AC = Avaliação Curricular (ver artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação) EPS = Entrevista Profissional de Seleção (ver artigo 7.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na atual redação) 11.5. No caso em que haja lugar a entrevista profissional de seleção, os candidatos são convocados nos termos do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º do mesmo diploma, mas preferencialmente, por correio eletrónico, de acordo com o n.º 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, indicando-se o dia, hora e local da realização do mencionado método de seleção. 11.6. A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular ou após a aplicação dos dois métodos de seleção, quando aplicável, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações da APA e na sua página eletrónica. 11.7. Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 11.8. As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 11.9. A lista de classificação final dos candidatos é publicada na página eletrónica da APA, após aplicação dos métodos de seleção. 11.10. O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 12. Composição e identificação do júri: Presidente: Maria João Silva Pinto - Diretora de Departamento; 1.º Vogal Efetivo: Celso Pedro Palmeiro Aleixo Ferradeira Pinto - Chefe de Equipa Multidisciplinar, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos; 2.º Vogal Efetivo: Pedro Manuel Ducla Soares Sottomayor Cardia - Técnico Superior; 1.º Vogal Suplente: Antonio Jose Alves Nunes Rodrigues - Chefe de Divisão; 2.º Vogal Suplente: Bruno Miguel Rodrigues Pires - Técnico Superior. 13. A lista de classificação final, após homologação, é publicada na BEP; afixada em local público e visível das instalações da Sede da APA; e disponibilizada na respetiva página eletrónica; sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação. 14. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página eletrónica da APA. 24 de maio de 2018 – A Vogal do Conselho Diretivo da APA, I.P., Ana Teresa Perez

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total Com Auxílio da BEP: